

ECONOMIA SOLIDÁRIA E GÊNERO NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA  
CIDADANIA- PARTE DA PESQUISA EM ANDAMENTO - GT 11 GÊNERO,  
DESIGUALDAD Y CIUDADANÍA DO XXIX CONGRESO ALLAS CHILE 2013

Lindalva Alves Cruz<sup>1</sup>  
Ligia Maria Alves Cavalcante<sup>2</sup>  
Stefânia Cartaxo Pessoa<sup>3</sup>

Resumo

Este trabalho apresenta parte da pesquisa, em andamento, no município de Cajazeiras - PB. Tem por objetivo analisar as experiências de economia solidária autogestada por mulheres e identificar se tais experiências, no processo de articulação de interesses individuais e coletivo, constituem-se, ao mesmo tempo, em base de organização política e social na construção da cidadania das trabalhadoras. O tema é desenvolvido a partir da perspectiva de gênero e economia solidária.

**Palavras- chave:** economia solidária, gênero e cidadania.

---

<sup>1</sup> Doutora em sociologia pela UFPE, professora da Faculdade Santa Maria- Cajazeiras – PB - e coordenadora do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão: Gênero e Economia Solidária, GEPEES, nesta IES.

<sup>2</sup> Estudante de Administração na Faculdade Santa Maria e membro do GEPEES.

<sup>3</sup> Doutorado em Ciências da Saúde pela UFRN, professora da Faculdade Santa Maria- Cajazeiras – PB – vice-coordenadora do GEPEES, nesta IES.

# ECONOMIA SOLIDÁRIA E GÊNERO NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

## 1. Introdução

O artigo é parte da pesquisa intitulada “economia solidária como base de organização social e política de mulheres trabalhadoras no sertão paraibano”, que iniciou em 2012<sup>4</sup>. Nesta pesquisa levanta-se a questão a ser respondida: as experiências de organizações de economia solidária no sertão paraibano contribuem para o processo de organização social e política das mulheres trabalhadoras? Será que essas mulheres, na tentativa de criarem outras práticas de gestão, de diferente cultura do trabalho e até mesmo de uma contra-cultura, em termos de produção e consumo, vivenciam relações não hierárquicas, de fortalecimento da autonomia e de construção de direitos?

Considera-se este estudo relevante por privilegiar um sujeito coletivo - as mulheres trabalhadoras do sertão – que, até pouco tempo, foram ignoradas como sujeito político. Ademais, é urgente conhecer os diferentes caminhos trilhados pelos excluídos na tentativa de consolidação da democracia através de diferentes iniciativas bem como o alcance político, destes grupos, que ousam sair do anonimato. Considerando esta assertiva, a pesquisa enfoca a ação coletiva das mulheres que se organizam nos empreendimentos de economia solidária, na produção de louças de cerâmica, de doces caseiros, de hortaliças sem agrotóxico, de reciclagem, de artesanatos, dentre outros.

Para analisar tais organizações, o estudo se ancora às teorias feministas e a gênero, escolhida como categoria analítica, além dos debates que embasam a discussão sobre economia solidária. Utiliza-se, na pesquisa, a metodologia qualitativa, sem desprezar, no entanto, o enfoque quantitativo, considerando que a utilização de múltiplas metodologias “permite criar um processo de dissolução de dicotomias entre quantitativo e qualitativo; entre macro e micro; entre interior e o exterior; entre sujeito e objeto” (Minayo, 2005, p.13).

O estudo proposto fomentará discussões de cunho teórico e político sobre a organização das mulheres na construção de nova forma de produção e consumo. Nessa perspectiva, assegura-se que a pesquisa é relevante tanto para academia quanto para os movimentos sociais e populares. Além disso, contribuirá na construção de novos saberes para a formação de profissionais qualificados, de modo a intervir nas temáticas relacionadas a gênero e economia solidária.

## 2.Contextualização da pesquisa e abordagem teórica

A pesquisa tem como *locus* de estudo o município de Cajazeiras, inserido na mesorregião do Sertão Paraibano, situado a 474 km da capital João Pessoa. Seus municípios limítrofes são Santa Helena e São João do Rio do Peixe, ao norte; São José

---

<sup>4</sup> A referida pesquisa encontra-se em fase inicial, e ainda, sem recursos para a sua conclusão. Hoje, na expectativa de obter apoio do CNPq, o Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Gênero e Economia Solidária – GEPEES - aumentou o número de empreendimentos organizados pelas mulheres trabalhadoras a serem estudados no sertão da Paraíba, mais especificamente no município de Cajazeiras, isto é, além da Associação das Louceiras e do Grupo Doce Vida que vinham sendo visitados, incluiu agora o Grupo de Mulheres Produtoras de Hortaliça agro-ecológica e Grupo de mulheres Arte Vida.

de Piranhas, ao sul; Bom Jesus e Cachoeira dos Índios, a oeste. A região é também conhecida como Polígono das Secas, o clima é quente e seco, com elevadas temperaturas durante o dia e temperaturas mais amenizadas, à noite. Quanto à vegetação, há predominância da caatinga, caracterizada pela escassez de água.

Segundo o censo realizado pelo IBGE, em 2010, a população de Cajazeiras totalizou um número de 58.437 habitantes, sendo que 27.930 eram homens e 30.507 mulheres, destes 47.489 viviam em zona urbana e 10.948 na zona rural. O referido município é considerado polo regional do setor educacional, contando com vários cursos de graduação e pós-graduação, oferecidos pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, bem como por Faculdades particulares, a exemplo da Faculdade Santa Maria-FSM, com nove cursos de graduação, incluindo medicina e engenharia civil, favorecendo o seu desenvolvimento, elevando Cajazeiras ao grupo das cidades que mais cresce no Estado.

De acordo com os dados do IBGE (2010), o aumento do emprego, por meio da indústria, comércio e serviços, tem atraído grande parte da população rural do município para o centro urbano. Por outro lado, a seca que castiga a região afeta distintamente homens e mulheres, sendo que estas são as que no período mais difícil, ficam com os filhos, muitas vezes na pobreza extrema, situação que se agrava quando seus companheiros são obrigados a migrarem à procura de trabalho.

Ademais, infere-se que a condição das mulheres, inferiorizadas em decorrência da ideologia patriarcal, contribui para as diferenciações sociais criadas entre os homens e as mulheres, favorecendo ao Estado e aos pesquisadores desconsiderarem a relevância das iniciativas delas em favor da transformação de uma prática de produção nos marcos da ideologia capitalista, por meio da organização do trabalho nos grupos de Economia Solidária.

Poucos são aqueles (as) que apontam essas organizações, como um novo movimento social pela humanidade, onde as mulheres se fazem presentes na luta por autonomia e liberdade de produção e consumo (Júnior, 2008).

### *2.1. Qualificação do problema da perspectiva de gênero e economia solidária*

Embora o movimento de economia solidária não seja uma ação coletiva, exclusiva de mulheres, pesquisas apontam que é grande a participação delas na criação dessas ações, na gestão e na comercialização dos produtos. Dados da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENEAS, 2005-2007- ao considerar a distribuição dos empreendimentos nacionais acerca da classificação por gêneros, indicam que a grande maioria deles (73% dos EES) são formados por homens e mulheres, enquanto 18% são compostos só por mulheres e 9 %, só por homens.

A organização das mulheres, no âmbito da economia solidária, é uma reação contemporânea, que nos últimos anos, vem ganhando maior visibilidade. Na perspectiva feminista, a história, de modo geral, buscou associar a condição da mulher na sociedade à dependência de outrem, ao matrimônio e ao lar, ocultando, assim, a sua condição de sujeito no processo de construção dos direitos e da cidadania. No Brasil, por exemplo, só a partir da década de 1970, é que são encontrados registros mais significativos dando conta do engajamento das mulheres nas organizações populares, lutando incansavelmente por democracia, por liberdade política e por direitos sociais (Alvarez, 1988; 2001).

No que se refere às trabalhadoras do campo, embora não tenha grandes produções científicas a esse respeito, segundo Farias (2001), elas sempre estiveram

presentes na produção econômica e no embate político por direitos. Na questão econômica, estas atuaram como escravas, mucamas, agregadas, colonas, camponesas, assalariadas, bóias-frias, donas de casa e, mais recentemente, na agricultura familiar, situação vivida com extensa jornada de trabalho. Na política, as mesmas figuram nos enredos dos movimentos sociais rurais, na luta pela terra e por justiça social. Contudo, até pouco tempo, a condição social delas estava associada ao marido, aos filhos, à reprodução e ao processo de socialização familiar.

Nos dias atuais, embora a luta feminista seja temática recorrente a atrair inúmeros estudiosos, sobretudo, das ciências sociais e humanas, poucos privilegiam as organizações populares das trabalhadoras rurais (Cruz, 2013). A propósito, breve análise da literatura produzida no Brasil<sup>5</sup> revela que as mulheres conseguiram avançar na construção coletiva como sujeito político, porém encontram-se aquém do esperado, considerando suas realidades política, econômica e cultural. Ademais, no contexto neoliberal, segundo Hirata e Kergoat (2003), cresce ainda mais a exploração da mão de obra feminina, distanciando-as de sua autonomia.

Nesse contexto, a economia solidária emerge como alternativa e coaduna com a proposta de superação do modo de produção capitalista, apesar de que para alguns autores essa temática seja paradoxal (Menezes, 2005). Nesta pesquisa, adotamos as idéias defendidas por Singer (2002), para quem a economia solidária ultrapassa a dimensão socioeconômica para congregar trabalhadores marginalizados do mercado formal por questões de gênero, raça, etnia, geração e qualificação profissional, configurando uma nova visão política e econômica de construção da riqueza.

Frente a isto surge a preocupação de estudar essas iniciativas para averiguar se há algo novo, latente no protagonismo das sertanejas, que lutam para consolidarem uma nova forma de produção, seja na gestão, na produção e na comercialização dos produtos, esforços que, na maioria das vezes, não recebem nenhum tipo de apoio das políticas públicas ou quaisquer outros recursos.

No modelo de produção capitalista, a percepção da presença das mulheres foi marcada pela divisão sexual do trabalho e pelas relações patriarcais. Isso fez prevalecer análises sobre suas ações a partir do lugar delas nas relações familiares, em geral, focando no seu papel de mães, esposas e donas de casa. Segundo Carrasco (1999), a economia neoclássica faz um recorte de gênero, caracterizando as mulheres como esposas e como filhas, dependentes do marido ou do pai, donas de casa improdutivas e irracionais.

As relações de dominação, advindas do modelo patriarcal, fizeram com que a família fosse compreendida como um todo homogêneo, em que o homem representa os interesses do conjunto, sendo detentor do poder de decisão. Dessa forma, a partir da família, organizou-se uma hierarquia de gênero e geração, centrada no poder do macho sobre as mulheres e filhos (as). Essas relações patriarcais, associadas à lógica da produção capitalista, entrelaçam-se e são constitutivas de uma visão da economia e do trabalho, restritos ao âmbito de mercado. Há redução do econômico ao que se realiza na chamada esfera produtiva que possui valor de troca e que pode ser mercantilizado e que é identificada como espaço masculino.

Essa visão se sustenta no discurso em que as mulheres são destinadas à esfera privada, como parte de um destino biológico, vinculado à maternidade, reforçando o

---

<sup>5</sup> Destaco os seguintes estudos: *Sindicalismo*, de Paola Capellin (1989); *Identidade da trabalhadora rural*, de Rosineide Cordeiro (2004); *Empoderamento da mulher rural*, de Carmen Deere e Magdalena León (2002); *O protagonismo da mulher rural*, de Fischer (2006); *Nem caladas, nem silenciadas*, de Farias (2001).

não reconhecimento da produção doméstica e do papel econômico do trabalho das mulheres na família (Nobre, 2002; Silva, 2009; Strassmann, 2002).

Essa realidade, cultivada ideologicamente como fruto da natureza, na verdade, é estruturada por uma relação social específica entre homens e mulheres, tendo uma base material, uma forma de divisão do trabalho, que é a divisão sexual do trabalho. Segundo Kergoat (1996), a divisão sexual do trabalho se organiza a partir de dois princípios: da separação de trabalho do homem e da mulher e da hierarquização do trabalho dos homens, sendo este labor mais valorizado. Disso, decorrem práticas sociais distintas, que atravessam todo o campo social. Uma sociedade sexuada, estruturada transversalmente pelas relações de gênero, significa a “discriminação das mulheres pelo trabalho mais valorado dos homens” (Hirata & Kergoat, 2003, p. 30).

No Brasil, a realidade descrita começa a ter outros contornos a partir da centralidade do debate referenciado na categoria analítica gênero, nas diferentes organizações das mulheres, que tiveram alguns direitos reconhecidos por meio da Constituição Federal de 1988. A partir de 1990, a luta das mulheres na cidade e, principalmente, no campo, teve como um dos pontos fundamentais a busca por acesso à renda. Além desses pontos, tantos outros temas continuaram em pauta, tais como o direito à documentação, à reivindicação pelo reconhecimento das mulheres como sujeito político, autônomo e independente. O homem, até então, era reconhecido como o chefe representante dos interesses do conjunto da família. Deste modo, as mulheres buscam também se firmarem enquanto sujeito político, conquistando dentre outras condições, sua autonomia financeira (Cruz, 2013).

A luz desse debate teórico busca-se compreender como a luta das sertanejas vem construindo suas ações coletivas, como foram definindo para si o campo destas atividades e, assim, contribuindo para com a elaboração de novos saberes que brotam dos empreendimentos da Economia solidária no Sertão da Paraíba, além de perceber se a preocupação de gênero se encontra presente no novo processo de produção, gestão e consumo.

### *2.1.2 Economia solidária*

Nas últimas décadas, no Brasil, as relações de trabalho são marcadas pela regulamentação dos mercados e conduzidas pela globalização e flexibilização dos processos produtivos. As expressões mais visíveis destas mudanças dizem respeito à crise do emprego e à fragmentação dos direitos social conquistados pela luta dos trabalhadores e assegurada na Constituição Federal de 1988. Sobretudo, a partir da década de 90, sentiu-se por toda parte, a instabilidade do emprego. As transformações tecnológicas, próprias do processo de acumulação de capital, imprimiram um caráter provisório a muitos postos de trabalho e ocupações no processo produtivo e organizacional, e, conseqüentemente, nas posições delas decorrentes, denotando ausência de perspectiva e lugar seguro para os trabalhadores (Antunes, 1995).

Nessa conjuntura, tornam-se mais evidentes as ações coletivas com questões e demandas diferenciadas. Os novos sujeitos sociais, que emergem na cena política na década de 1980 (Sader, 1996), reinventam novas formas de produção e, na incansável luta pelos direitos básicos, congregam também especificidades que colocam tais coletivos no patamar dos “novos movimentos sociais”, os quais, com sua ação coletiva, têm buscado consolidar nova cultura econômica, política e de gênero.

A Economia Solidária é um dos movimentos que ganhou expressão e visibilidade no Brasil a partir da década citada, onde o agir coletivo se colocou como

alternativa para os sujeitos sociais, que estão excluídos do mercado de trabalho formal e do consumo. Por meio daquele modo de produção, eles se organizam pela via da solidariedade, do trabalho coletivo e do reconhecimento de um ponto em comum; a busca de trabalho e renda.

Esta prática se constitui em proposta de desenvolvimento incluyente, realizada em sistema de autogestão através de cooperativas, associações e grupos informais, assumida por seus constituintes, como estratégia de luta contra o desemprego, pautada em racionalidade não capitalista das relações de produção e troca de bens e serviços.

Do ponto de vista conceitual, não há uma definição única para o termo Economia Solidária. Contudo, segundo Singer (2003), todas as tentativas, nesse sentido, giram em torno da idéia de solidariedade, em contraste com o individualismo. Ortiz (2001) defende que a economia solidária recobre diferentes formas de organizações, onde os cidadãos (ãs) se propõem criar suas próprias fontes, para ter acesso a bens e serviços de qualidade ao mais baixo custo, em uma dinâmica solidária e de reciprocidade que articule os interesses individuais e coletivos (tradução livre). Singer (2002) esboça uma forma de entendimento, afirmando que a economia solidária é:

modelo de produção e distribuição alternativa ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram marginalizados do mercado de trabalho [...], essa atividade casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição com o princípio da socialização destes meios (p. 12).

Contrapondo às ideias de Singer, em relação à economia solidária, encontram-se autores que denominam essa prática “projeto político de cunho salvacionista” e, mais grave ainda, “propostas teóricas capazes de alicerçar projetos políticos conciliadores e funcionais para a sedimentação da hegemonia do capital e da reprodução ampliada da ordem burguesa” (Menezes, 2007, p. 4). Tal postura revela-se totalmente avessa a visão do Fórum Brasileiro de Economia solidária (FBES), para o qual a Economia Solidária pode ser definida em três dimensões: economicamente, culturalmente e politicamente. Do ponto de vista econômico, ela é “um jeito de fazer a atividade econômica de produção, oferta de serviços, comercialização, finanças ou consumo baseado na democracia e na cooperação, o que chamamos de autogestão”. Em relação ao aspecto cultural, o FBES (2011) destaca que:

é também um jeito de estar no mundo e de consumir produtos locais, saudáveis, da Economia Solidária, que não afetem o meio ambiente, que não tenham transgênicos e nem beneficiem grandes empresas. Neste aspecto, também simbólico e de valores, estamos falando de mudar o paradigma da competição para o da cooperação da inteligência coletiva, livre e partilhada”.

Do ponto de vista político, a economia solidaria é definida como:

um movimento social, que luta pela mudança da sociedade, por uma forma diferente de desenvolvimento, que não seja baseado nas grandes empresas, mas sim um desenvolvimento para as pessoas, construído pela população a partir dos valores da solidariedade, da democracia, da cooperação, da preservação ambiental e dos direitos humanos. [...] é praticada por milhões de trabalhadoras e trabalhadores de todos os extratos, incluindo a população mais excluída e vulnerável, organizados de forma coletiva gerindo seu próprio trabalho, lutando pela sua emancipação em milhares de empreendimentos econômicos solidários e garantindo, assim, a reprodução ampliada da vida nos setores populares [...]

composta de redes e organizações de uma diversidade de práticas associativas do segmento popular solidário: rural, urbano, estudantes, igrejas, bases sindicais, universidades, práticas governamentais de políticas sociais, práticas de apoio ao crédito, redes de informação e vínculo às redes internacionais” (FBES, 2011).

O protótipo da economia solidária encontra-se no início do século XIX, paralelo ao desenvolvimento da experiência capitalista de acumulação. A produção coletiva é uma forma de se contrapor aos princípios do capitalismo que ao invés de produzir para suprir as necessidades humanas, produz para acumular riquezas. Segundo Robert Owen apud Polanyi (1980), o novo capitalismo havia causado não só o empobrecimento material dos trabalhadores, mas também o rompimento da cultura ética à qual os trabalhadores pertenciam e, através da qual, definiam a sua identidade. Owen foi um dos primeiros autores a reconhecer que as instituições econômicas têm um impacto no auto-reconhecimento cultural das pessoas.

A experiência nas cooperativas tinha como objetivo a valorização do ser humano, e não sua alienação. Visava, ao mesmo tempo, inserção no mercado de trabalho dos operários que foram excluídos, explorados e marginalizados pelo modo de produção capitalista. Robert Owen (1771-1858) e os pensadores de seu tempo a exemplo de William King (1786-1865), Charles Fourier (1772-1837), dentre outros, frente às grandes injustiças econômicas da sua época, criaram uma forma de pensar que fundamenta o cooperativismo em todo mundo: o homem na sociedade em que vive deve construir uma outra maneira de processar a economia, tendo base no trabalho e na distribuição equitativa do excedente adquirido sem que haja acumulação individual do dinheiro a partir da exploração do trabalho.

Para Polanyi (1980), no século XIX, já havia movimentos expressando reação contra o transtorno que atacava o tecido da sociedade e que teria destruído a própria organização que o mercado havia construído. O autor se refere, principalmente, às duas correntes de pensamento que se opuseram ao sistema capitalista: os socialistas, que se opunham basicamente a propriedade privada e os intervencionistas, que propunham uma harmonia entre interesses privados e os sociais. A referida corrente foi denominada por Marx de socialismo utópico, nascendo dela o cooperativismo, tendo como expoente principal Robert Owen. Este defendia a criação de uma sociedade comunista que se daria através da organização de colônias, cooperativas, objetivando com isso o fim permanente da propriedade privada dos meios de produção.

Na Inglaterra e nos Estados Unidos, berço das várias comunidades ou aldeias cooperativas, são referências as experiências de cooperativas lideradas pelo movimento sindical, muitas vezes, fracassadas pela feroz reação da classe patronal e pela declarada hostilidade do governo. A mais famosa cooperativa de consumo, a cooperativa dos pioneiros equitativos de Rochedale, estabeleceu uma carta de princípios, que até hoje inspira o cooperativismo e sua legislação em âmbito mundial. Em linhas gerais, podem ser assim apresentados: 1) livre adesão e livre retiro; 2) controle democrático; 3) neutralidade política, radical e religiosa; 4) vendas à vista, em dinheiro; 5) devolução de excedentes; 6) interesse limitado sobre o capital; 7) educação contínua (Singer, 2000). Tais princípios, hoje institucionalizados, asseguram a dinâmica democrática e coletiva do movimento econômico solidário que ressurgiu nas diversas ondas da crise econômica com atores e promotores diferentes, variando de uma geração para outra, de um lugar para outro.

Desse modo, as primeiras cooperativas brasileiras se construíram por volta de 1887, sendo a mais relevante a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Companhia Paulista, em Campinas (SP) e a Sociedade Econômica Cooperativa dos Funcionários Públicos de Minas Gerais. A crise econômica mundial de 1929 estimulou

a emergência de outras, especialmente, as agrícolas, no sul do país, que fizeram o governo se interessar pelo cooperativismo, chegando a considerá-lo instrumento de política agrícola. No entanto, só a partir de 1932, com a implantação do Decreto nº 22.239, no governo de Getúlio Vargas, regulamentou-se a organização e funcionamento de tais grupos.

Nas décadas seguintes, os governos passaram a oferecer vários incentivos materiais e fiscais às cooperativas e, em 1951, foi criado o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC). Contudo, nas décadas posteriores, o cooperativismo, apesar de persistir, perdeu o estímulo por parte dos governos, fato verificado no governo de Fernando Collor com o fechamento do Banco, acima mencionado (Schneider, 1982).

A partir dos anos 70, quando a esfera da produção passou por intensas crises em âmbito mundial, ressurgiu no Brasil a economia solidária, em meio a luta por redemocratização e consolidação da democracia. Nesse contexto de contradições, fortalecem os mais diferentes movimentos na luta por outra cultura econômica. Essa nova forma de relação social tem por objetivo a valorização do ser humano, explorados e marginalizados pelo modo de produção capitalista. Segundo Singer (2000), a empresa solidária se difere da empresa capitalista em vários aspectos. Sua principal diferença consiste na forma como ambas são administradas: o desenvolvimento solidário tem como princípio a administração baseada na autogestão, ou seja, há uma democratização entre os sócios integrantes da empresa, onde todos devem estar informados sobre tudo que ocorre no interior da organização, enquanto que na administração capitalista há uma socialização no processo de produção e apropriação privada do que é produzido.

Frente ao exposto, ganha ainda mais significado, a questão inicialmente levantada: as iniciativas de produção coletiva, gestada por mulheres, fortalecem a autonomia delas na construção de direitos?

### 3. Aspectos organizacionais da economia solidária no Brasil

Com o processo eleitoral no final de 2002, que culminou com a vitória do Governo Lula, O Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT), composto de redes e organizações de uma diversidade de práticas associativas do segmento popular solidário, a exemplo das organizações rurais e urbanas, dos estudantes, das igrejas, das bases sindicais, das Universidades, das práticas governamentais de políticas sociais, das práticas de apoio ao crédito, das redes de informação vinculadas às redes internacionais, dentre outras, elaborou uma carta ao Governo Lula, intitulada “Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento” (FBES, 2003). A referida carta serviu como documento de interlocução entre as organizações citadas e o presidente recém eleito. Nela continha as diretrizes gerais da Economia Solidária e a reivindicação da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Os passos posteriores foram em direção à criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) no ano de 2003. Em seguida, ainda no primeiro mandato do Presidente Lula, criou-se no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, a SENAES, figurando como principal articuladora política desses interesses na esfera governamental. Posteriormente, fora criado também o Conselho Nacional de Economia Solidária e diversos Fóruns estaduais.

São, portanto, esses, dentre outros órgãos, que dinamizam nas diferentes instâncias as condições de funcionamento dos empreendimentos econômicos solidários identificados pelas seguintes características: 1) Coletivas (organizações supra



familiares, singulares e complexas, tais como associações, cooperativas, empresas autogestionárias, clubes de trocas, redes, grupos produtivos, dentre outros); 2) Seus participantes ou sócias/os - trabalhadoras/es dos meios urbano e/ou rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados (FBES, 2008).

Dados do Sistema de Informação de Economia Solidária (SIES) registram, no ano de 2009, 21.859 Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), em 2.934 municípios (cerca de 52% do total dos municípios do Brasil). Nesses empreendimentos estão associadas quase um milhão e setecentas mil pessoas (SIES, 2009). Em 2007, segundo dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas empresas - SEBRAE- a região Nordeste do Brasil se destacou pela maior concentração dos empreendimentos da economia solidária, com 44% das organizações nacionais, o que para o diretor da SENAES, Roberto Marinho, caracterizou a região pelo fortalecimento do cooperativismo e do associativismo como estratégia de desenvolvimento regional nos territórios.

### *3.1 Economia Solidária na Paraíba*

Na Paraíba, de acordo com os dados da SIES (2009), a economia solidária vem proporcionando importante alternativa para o desenvolvimento da agricultura familiar. Os dados revelam que a prática da ES se estendeu para todas as mesorregiões do Estado, sinalizando que as mulheres, segundo informações colhidas nas publicações da Secretaria Nacional de Economia Solidária, são responsáveis por 90% das iniciativas, entre grupos de produção, associações e cooperativas (SENAES, 2007). Foram registrados, segundo essas fontes, no ano de 2009, 43 Empreendimentos de Economia Solidária no Estado da Paraíba, distribuídos nas regiões Agreste, Cariri, Mata Paraibana e Sertão Paraibano, com atividades de produção diversificadas, entre produção de alimentos, artesanato e outras. Desses empreendimentos, 13 encontram-se organizados em forma de associações, outros seis em cooperativas e os demais em forma de grupos, na maioria, informais. No município de Cajazeiras, até o ano referente, existiam 4 empreendimentos cadastrados.

#### *3.1.3 Associação das Louceiras e Grupo de Mulheres Doce Vida*

Embora nossa pretensão seja estudar os quatro empreendimentos que aparecem cadastrado no município de Cajazeiras, até o momento só conseguimos trabalhar com dois deles, o primeiro denominado de Associação das Louceiras, situado no bairro São José, à Rua Balduino Neto, nº 24 e o segundo, o Grupo Doce Vida, na comunidade rural Cajazeiras Velhas, à 17 km da sede do município.

A associação das Louceiras é um grupo composto por nove mulheres e quatro homens, quase todos com baixo índice de escolaridade e faixa etária entre 30, 40 e 50 anos. Elas trabalham há décadas, nessa atividade artesanal, considerada a mais antiga do sertão paraibano. A fabricação dos artigos em cerâmica tem como protagonistas as mulheres, elas transformam o barro em louça, iniciando pela identificação da matéria prima e indo até a comercialização do produto. Trata-se de uma cultura rara que vem passando de geração a geração.

A partir de 2003, as referidas mulheres, na tentativa de melhorar as difíceis condições de produção das louças, foram estimuladas a se organizarem como pessoa

jurídica, criando, assim, a denominada Associação das Louceiras do Bairro São José. A partir de então, fizeram alguns cursos de aperfeiçoamento, apoiadas pelo Ministério de Desenvolvimento Industrial e Comércio Exterior (MIDIC), pelo Centro de Capacitação Empresarial (CCAPE) do governo do Estado, atividades que contribuíram muito para inovar a produção, inserindo outros elementos, como o bordado na cerâmica, aplicados com a técnica do crochê.

As louças passaram a ser pintada com a cor terracota, tonalidade aproximada do barro natural. Os temas inspiradores para a arte do bordado foram as flores e os frutos – representação da flora regional. Com isso, criou-se uma marca própria, diferenciando a produção das Louceiras das demais cerâmicas, no Nordeste (Silva, 2010). Contudo, segundo as próprias mulheres, em pouco tempo cessaram as ajudas e aumentaram as despesas após sua regularização no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

Hoje, depois de nove anos de associação, elas não têm um lugar para vender os produtos, continuando a vender nas feiras livres, não têm transporte para levar e trazer o material e falam de muito prejuízo. A situação é tão difícil que o grupo se sente sem condições para manter a produção. Muitos membros da organização já começaram a procurar outro tipo de ocupação, pois o que ganham com artesanato não é suficiente nem para pagar os encargos sociais da associação. A desmotivação para a luta pela sobrevivência do grupo é de causar preocupação. Elas nem dispõem de capital de giro e nem de outros incentivos financeiros para manter o empreendimento.

O Grupo Mulheres Doce Vida, diferentemente da Associação das Louceiras ainda não está institucionalizado. Trata-se de uma organização recente, composta por nove mulheres e três homens. Os membros encontram-se ainda em fase de organização. As atividades produtivas desenvolvidas por elas são diversificadas: fabricação de cocadas, de sequilhos, de polpas e doces de frutas.

Nesse grupo não há uma diretoria formada, as atividades acontecem de acordo com as demandas que vão surgindo para a produção. O trabalho é realizado nas residências, com recursos de cada uma das participantes, ou seja, não existe um local próprio para o trabalho nem recursos que financie as atividades. Segundo elas, há um retorno financeiro considerável, contudo não conseguem saber qual seria a renda mensal, pois não costumam contabilizar as entradas nem as saídas, não existe um planejamento prévio. Os utensílios usados para a fabricação dos doces são os mesmos usados para fazer a alimentação da família no cotidiano, consolidando a prática do rodízio no uso das vasilhas, forno e fogão.

Devido à falta de organização, de estrutura física e financeira do empreendimento, este não possui alvará de funcionamento e registro sanitário, o que dificulta ainda mais a comercialização e legitimidade dos produtos. Apesar de todas as dificuldades apontadas, os membros têm ânimo e disposição para continuar buscando as condições.

#### 4. Considerações Finais

Nosso estudo não nos permite, ainda, emitir resultados de análises, pois nossa pesquisa está em andamento. Contudo, é possível apontar alguns elementos que são visíveis nos empreendimentos visitados pelas pesquisadoras do GEPEES. Neles, as mulheres estão desenvolvendo atividades que fogem as tarefas comumente atribuídas a elas, embora haja muita restrição por parte dos maridos, principalmente, quando chega o momento de sair de casa para as reuniões de formação, para as feiras e para os fóruns. Os desafios enfrentados por elas são grandes, sobretudo pelo baixo nível de

escolaridade e desconhecimento das políticas públicas, faltando a elas conhecimento operacional para a comercialização, idealização dos preços e elaboração de projeto. Ainda assim, a liderança e o dinamismo das mulheres são fundamentais para manter os empreendimentos em movimento. As mulheres assumem toda liderança, mas com pouca consciência do seu potencial político.

## 5. Referências

Antunes, R. (1995). *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. Campinas, SP: Cortez.

Antunes, R. (2001). *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. (4ª Ed). São Paulo: Boitempo.

Alvarez, S. A. (1988). Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia. In A. Stefan (Org.), *Democratizando o Brasil* (pp. 315-380). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Alvarez, S. E., Dagnino, E. & Escobar, A. (2001). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos (novas leituras)*. Belo Horizonte: UFMG.

Brasil. *Secretaria Nacional de Economia Solidária*. (2008). Retirado de [http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria\\_nacional.asp](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria_nacional.asp). Acessado em 06 de fevereiro de 2008.

Brasil. *Secretaria Nacional de Economia Solidária*. (2006). Iª Conferência Nacional de Economia Solidária. Anais. Brasília: SENAES/TEM.

Brasil. IBGE. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. (2010). Retirado de <[www.ibge.gov.br/catálogos/indicadores](http://www.ibge.gov.br/catálogos/indicadores)>. Acessado em junho 2010.

Brasil. SENAES. *Secretaria Nacional de Economia Solidária*. (2005). Oficina Nacional de Formação/Educação em Economia Solidária. Relatório Final. Brasília: SENAES/TEM.

Carrasco, C. (1999). *Mujeres y Economía. Nuevas perspectivas para viejos problemas*. Barcelona: Icaria.

Cruz, L. A. (2013). *Construção da cidadania das mulheres trabalhadoras rurais no Piauí*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil.

Deere, C. D. & León, M. (2002). *O empoderamento da mulher; direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Cappellin, G. P. (1989). Silenciosas e Combativas: as contribuições das mulheres na estrutura sindical do Nordeste, 1976/1986. In A. O. Costa & C. Bruschini (Orgs.), *Rebeldia e submissão: Estudos sobre a condição Feminina* (pp. 255-300). São Paulo: Vértice.

- Cordeiro, R. L. M. (2006). Além das secas e das chuvas: O uso da nomeação trabalhadora rural no sertão de Pernambuco. In E. F. Woortmann, B. Heredia & R. Menashe (Orgs.), *Estudos rurais e gênero* (pp.216-214). Brasília: NEAD.
- Cordeiro, R. L. M. (2004). *Além das secas e das chuvas: O uso da nomeação trabalhadora rural no sertão de Pernambuco. Tese de Doutorado*, Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Fischer, I. R. (2006). *O protagonismo da mulher rural no contexto da dominação*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco: Massangana.
- Fórum Brasileiro de Economia Solidária. (2011). *Economia solidária, gestão coletiva, resultados compartilhados*.
- Hirata, H. & Kergoat, D. (2003). A divisão sexual do trabalho revisitada. In M. Maruani & H. Hirata (Orgs.), *As novas fronteiras da desigualdade homens e mulheres no mercado de trabalho* (pp. 111-123). São Paulo: SENAC.
- Júnior, S. L. V. (2008). O Movimento da Economia Solidária: a emergência de um movimento social pela humanidade. In III Mostra de Pesquisa da Pós-Graduação – PUCRS.
- Kergoat, D. (1996). Relações sociais de sexo e divisão sexual do Trabalho. In M. Lopes, D. Meyer & V. Waldow (Orgs.), *Gênero e Saúde* (p. 156). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Melucci, A. (1994). Movimentos Sociais, renovação cultural e o papel do conhecimento – entrevista a Leonardo Vritzer e Timo Lyra. *Novos Estudos Cebrap*, 40, São Paulo, CEBRAP.
- Menezes, M. T. C. G. (2005). *Economia Solidária: elementos para uma crítica marxista. Tese de Doutorado*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Menezes, M. T. C. G. (2007). *Economia Solidária: Elementos para uma crítica marxista*. III Jornada Internacional de Políticas Públicas Questão Social e Desenvolvimento no Século XXI.
- Minayo, M. C. S. (2005). Introdução: conceito de avaliação por triangulação de métodos. In M. C. S. Minayo, S. G. Assis & E. R. Souza, (Orgs.). *Avaliação por triangulação de métodos: Abordagem de programas sociais* (pp. 19-51). Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Minayo, M. C. S. (1994). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo – Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO.
- Nobre, M. (2002). Introdução a Economia Feminista. In M. Nobre & N. Faria (Orgs.). *Economia Feminista. Cadernos Sempreviva. SOF*, São Paulo.
- Ortiz Roca, H. (2001). *Economia Solidária, Hacia una nueva civilización*. Lima.

- Pinto, C. R. J. (2003). *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Polanyi, K. (1980). *A grande transformação: as origens da nossa época*. (3ª Ed). São Paulo: Campus.
- Saffioti, H. I. B. (2005). Gênero e patriarcado: a necessidade da violência. In M. C. Martin & S. Oliveira. (Orgs.). *Marcadas a ferro: violência contra a mulher uma visão multidisciplinar*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.
- Sader, E. (1988). *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Silva, N. F. (2008). *Relatório técnico contendo análise sobre a participação das mulheres e suas organizações na economia solidária no Brasil*. Rio de Janeiro: Projeto de Cooperação Técnica IICA/MDA/NEAD.
- Silva, N. F. (2009). A análise sobre a participação das mulheres e suas organizações na economia solidária no Brasil. *Relatório de Pesquisa*. REDES/IICA -MDA -NEAD – Brasília.
- Schneider, J. O. (1982). O Panorama Mundial, Nacional e Estadual do Cooperativismo. *Perspectiva Econômica*, 12, 9-46.
- Scherer\_Warren, I. (2006). Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, 21, 109-130.
- Singer, P. (2002). *Introdução a Economia Solidária* (1ª Ed). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Singer, P. & Souza, A. R. (2000). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto.
- Strassmann, D. (2002). A Economia Feminista. In N. Farias & M. Nobre (Orgs.), *Economia Feminista*. SOF, São Paulo.
- Scott, J. (2005). O enigma da igualdade. *Revista estudos feministas*, 13, 8-30.
- Scott, J. (1995). *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. *Revista Educação e realidade*, 16, 12- 25.